

Tancredo Neves teria feito o ajustamento econômico no primeiro ano de seu governo — corrigindo o enorme desequilíbrio fiscal, derrubando a inflação, assegurando o superávit comercial e assim elevando seu poder de negociação com os credores externos — para tentar, em 1986, uma retomada consistente do crescimento econômico, que lhe permitisse não só chegar às eleições legislativas do ano que vem com um bom cacife de credibilidade como até preparando as condições para tentar fazer seu sucessor em 1988.

Esta é uma das conclusões possíveis a ser tirada de trechos do discurso de posse que o estadista falecido não pôde pronunciar, e que foi reproduzido há uma semana pela revista *Veja*:

— A prazo maior — diria o presidente eleito — teremos que adotar medidas para a retomada do crescimento econômico sem ferir os postulados da boa justiça social.

A expressão a prazo maior, que justifica a interpretação acerca de uma primeira fase de ajustamento, conjuga-se porém com a preocupação de Tancredo com os extremamente pobres:

— O desenvolvimento industrial de um país não se faz em poucos anos. Enquanto não houver condições de trabalho e salários dignos para todos os brasileiros, levemos adotar medidas urgentes contra a fome e a doença.

As duas frases, contidas em parágrafos distintos do discurso não pronunciado, evidenciam ainda que Tancredo, embora pretente o ajustamento — o que, aliás, deixara claro ao seu ministro da Fazenda —, não abria mão de programas de emergência, mal a custo do seu ministro do Planejamento, de maneira a tentar a conciliação entre a reconquista do controle sobre o Estado-empresário e o desenvolvimento do governo propriamente dito, promotor do crescimento mas não produtor de bens e serviços, salvo itens essenciais (saúde, transporte de massa, água, esgoto, energia, etc.), redimindo-se o papel da União.

O discurso foi obra de estadista, para ser apresentado a uma Nação com grandes carências e desequilíbrios, no qual não faltaram seja a ênfase na aplicação criteriosa dos recursos públicos, seja a palavra simpática estendida aos industriais, seja a crítica à ostentação “de alguns setores de nossas elites econômicas”, com uma advertência: “Se aos insensatos não comove a exigência de justiça, é possível que os atinjam as razões do temor”.

A parcela econômica do texto não proferido respondeu por mais de uma terça parte do seu conjunto. Apresentada sem a preocupação acadêmica, estendeu-se em vários parágrafos de suas 27 laudas, mesclando-se, frequentemente, com os objetivos de qualquer política econômica: a promoção do desenvolvimento, do aumento de renda, do bem-estar social, da justiça, do acesso progressivo da coletividade aos bens e serviços, a partir de amplas porém mal definidas mudanças: “Não se resolvem os problemas sociais de um país sem que haja drásticas mudanças em sua economia. Até hoje o Estado tem servido para garantir e estimular os poderosos, e é tempo de sua força se colocar realmente a serviço dos despossuídos. Isto não significa empobrecer a Nação, mas enriquecer-a. Temos de ampliar o mercado interno, o único com que podem contar permanentemente os empresários brasileiros. Não se amplia o mercado interno sem que haja mais empregos e mais justa distribuição da renda nacional”.

Cem dias

Há pontos de distância e itens de proximidade entre as políticas do governo Sarney e aquelas que, pelo discurso e por manifestações públicas e particulares, Tancredo Neves buscara implantar.

A grande distância entre o discurso de Tancredo e os cem dias de Sarney — que no próximo dia 15 serão quatro meses — está na opção entre o ajustamento prévio, para colher os frutos a partir do segundo ano de governo, ou a tentativa — considerada de alto risco por boa parcela de

economistas, notadamente os neo-clássicos — de buscar a promoção imediata do desenvolvimento. Com o uso, até mesmo, da retórica segundo a qual o Estado fará ou promoverá um crescimento econômico de 5, 6 ou, agora, até 7% ao ano — como se o Estado fosse capaz, ele próprio, de assegurar esse desenvolvimento, em vez de cumprir sua missão básica: atuar como agente dos cidadãos para criar condições favoráveis ao crescimento, tais como credibilidade, menor inflação, redução do déficit público, estímulo à eficiência e menores juros para que o setor privado possa retomar investimentos e criar empregos realizando o desenvolvimento.

— Tancredo Neves adotaria a política de estabilização, paralelamente a medida emergencial, para não desagradar a todos — afirma o economista Geraldo Gardenali, da FGV-São Paulo.

Opinião semelhante tem Roberto Macedo, da Universidade de São Paulo: “Se Tancredo estivesse vivo, seria muito provável que optasse pelo ajustamento no começo. Iria apoiar uma linha dura, a política de Dornelles de cortar os gastos públicos e uma política monetária restritiva, com ajustes semelhantes aos praticados em 1964 e com sua liderança para garantir as coisas. Não há saída indolor para a crise. O pior é a indefinição. Tudo indica que a perspectiva era de uma política de ajuste, até com ônus recessivo, no estágio inicial do governo, e que isso foi abandonado pelo estágio de sustentação política do governo Sarney, estabelecendo-se o choque com o fortalecimento do PMDB via Sayad”.

Um dado

Edy Luiz Kogut, superintendente do Instituto de Economia “Gastão Vidigal”, é ainda mais enfático: “Concordo que haveria antes um ajustamento. Isto é um dado. Tancredo Neves iria fazer o ajustamento. A interpretação do discurso coincide com a informação”.

Outros itens do discurso de Tancredo, referentes à parte econômica, merecem interpretações não consensuais ou então deixam de revelar tanta distância em relação ao que faz o governo Sarney.

— Estamos levantando usinas nucleares que custam bilhões de dólares, mas não fomos capazes de construir modestas salas escolares, e colocar professoras em cada uma delas, de forma a acolher toda a população em idade escolar no País.

A frase de Tancredo obteve repercussão no governo Sarney, como recorda Gardenali: “O governo Sarney em parte está fazendo isso, com o corte na Nuclebrás e o aumento das verbas para a educação, aprovadas inclusive pelo Congresso”. (Projeto de lei recém-aprovado fixou-as em 14% do Orçamento da União.)

Ostentação

Não é o caso, porém, da crítica à ostentação. Para Geraldo Gardenali, há uma implicação econômica no consumo de bens de luxo. “Além de a ostentação ampliar o fosso da pobreza relativa, porque a defasagem muito alta de renda aumenta a noção dessa pobreza, a demanda por bens de luxo acaba induzindo ao deslocamento de mais recursos para essa satisfação, de tal sorte que o padrão médio será rebaixado para produzir esses bens” — afirmou citando a economista inglesa Joan Robinson.

Sulbrasileiro

Outro ponto de distância em relação a Sarney está nos techos do discurso em que Tancredo se referiu ao uso dos recursos públicos: “Não repetiremos os terríveis erros do passado recente, quando o Tesouro, por intermédio das autoridades financeiras, paga pela incompetência e, em muitos casos, pelos crimes contra a economia popular”. E, em outro momento: “...vamos aceitar o pleno jogo do capitalismo, tal como ele deve ser praticado. Se o Estado deve, em alguns casos, proteger e incentivar empreendimentos produtivos, é de todo inconcebível que garanta os riscos da especulação financeira. De agora em diante, e da forma que a lei estabelecerá, os investidores deverão saber dos riscos que assumem, quando aplicarem o seu

Economia de Tancredo não é a de Sarney



É só comparar seu discurso com o que se faz

dinheiro no mercado de capitais. Não poderá o governo continuar socorrendo com os escassos recursos de caixa as instituições financeiras mal administradas. E não temo usar, aqui, a expressão forte. Os que burlarem a confiança popular em meu governo podem estar certos de que tudo faremos para que restituam, centavo a centavo, o que tenham desviado, como atuará o Ministério Público no sentido de que paguem o seu crime na catedral.

Para Roberto Macedo, a frase indica claramente que Tancredo

Neves teria dado solução diferente para o Sulbrasileiro: “Há um contraste flagrante, uma enorme contradição com o que fez este governo”. Gardenali pensa de forma semelhante, afirmando que “não houve tratamento exemplar da corrupção como diz o discurso”.

Alimentos

“...coloquei como meta do governo dobrar a produção brasileira de grãos nos próximos anos.” Para Edy Kogut, isto seria até possível, com maior apoio à agricultu-

ra, indicando que o setor seria incentivado. O governo Sarney, efetivamente, tem destinado maiores recursos à agricultura — pelo menos em relação a outros setores — mas Gardenali indaga: “Como fazer? Os consumidores terão salários para comprar? Só se se aumentasse a produtividade, com grandes incentivos, para que o custo de produção fosse mais baixo. E só com um tributo de emergência, por exemplo sobre o patrimônio, para financiar o incentivo”. Já Roberto Macedo considera muito arriscada a promessa que Tancredo faria. Admitindo, como Gardenali, que para permitir o consumo seria necessário criar um programa a semelhança do food-stamps (selos para compra de alimentos, como nos Estados Unidos), Macedo ironiza: “Mas haja food-stamps para tanta produção”.

— Temos de ampliar o mercado interno, o único com que podem contar permanentemente os empresários brasileiros — diria Tancredo.

Edy Kogut considera que, no contexto do seu discurso, “isto implicaria o restabelecimento da confiança, que traz o emprego e a eliminação da capacidade ociosa, num contexto mais realista de distribuição de renda, o que é necessário no curto e longo prazos”.

— Sarney tem adotado medidas populistas, com aumentos reais de salários principalmente a nível de governo — declara Kogut. — Mas não é via salários que a renda será redistribuída, e sim por aumento da produtividade. Sem isso, haverá mais inflação e a seguir perda para o assalariado. Ou seja, no curto prazo amplia-se o mercado interno, mas a seguir ocorre o contrário.

“...Honraremos os compromissos que, em nome do País, foram assumidos pelos nossos antecessores. Mas, da mesma maneira que ninguém retirará da boca do filho o pão para entregá-lo ao credor, não iremos resgatar os nossos títulos no Exterior com a fome dos brasileiros... Conto com a lucidez dos credores, que compreenderão o nosso direito de exigir prazos compatíveis e de recusar taxas escravantes de juros”.

Tancredo retornou de sua viagem internacional muito menos animado acerca do espaço do Brasil para renegociar a dívida com os países. E suas palavras, na interpretação de Gardenali, refletem uma incerteza: “Como Tancredo concilia as declarações com a prática? Hoje, falta coerência dentro do governo acerca da renegociação”. Segundo Kogut, “Sarney coincide na posição de negociador, mas está faltando o clima de confiança que seria dado com as propostas de Tancredo”. E acrescenta: “Todos lá fora tenderiam a facilitar as coisas, com confiança, com um governo com credibilidade — é a palavra-chave”.

“...tudo farei para que o Brasil adote a convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho”. Segundo Macedo, esta era uma promessa importantíssima de Tancredo. “Tenho porém — comento — dúvida de que será promovida por Sarney. Exigiria audácia e não cautela.”

O professor da USP destaca, ainda, a ênfase dada por Tancredo a um programa de reforma agrária a começar do Nordeste. Mas adverte: “Isto não se encaixa no figurino de Sarney”.

Fábio Pahim Jr.